



Educação é a chave de um futuro sustentável

Pág. 2



FNE apresenta campanha da saúde em Madrid

Págs. 8, 9, 10 e 11



OCDE alerta para os efeitos negativos da crise na Educação

Págs. 12 e 13



Educação é a chave de um futuro sustentável

Com as atenções voltadas para a assinatura de um acordo sobre o clima, as negociações da 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas têm deixado para segundo plano as questões da educação e do papel fundamental que pode desempenhar na construção de um futuro sustentável.

No decorrer da conferência a Internacional da Educação tem insistido para que o documento final da COP21 inclua um artigo sublinhando a importância da educação e da formação na luta contra as alterações climáticas.

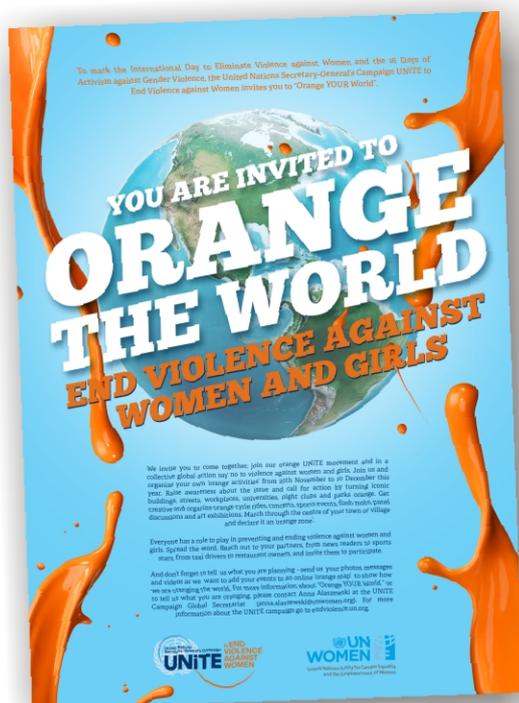
Esta mensagem foi de resto reiterada pelo secretário-geral da IE, Fred Van Leewen durante o seu discurso na COP21, onde aproveitou para sublinhar o papel significativo que a profissão docente e os sistemas educativos desempenham para atingir uma “Consciência Climática Global”.



Fred Van Leewen defendeu ainda que para preparar adequadamente as crianças para os desafios futuros, a educação deve ser uma componente chave para um acordo climático. “Deve ser assumido um compromisso sério para garantir que a educação e o desenvolvimento sustentável sejam matérias totalmente integradas nos sistemas de ensino”, afirmou o secretário-geral da IE.



16 dias contra a violência sobre as mulheres



Cartaz da Campanha

A violência contra a mulher afeta as mulheres de todo o mundo e permanece como a pior manifestação de discriminação baseada no gênero. A violência de gênero na escola (GVB na sigla inglesa) afeta todos os anos milhões de crianças em todo o mundo, e constitui um sério obstáculo ao direito à educação, não só pelas graves consequências para

a saúde física e psicológica das vítimas, como também conduz à deterioração das condições de aprendizagem.

A violência de gênero nas instituições educativas (SRGBV) é definida como qualquer ato ou ameaça de violência sexual, física ou psicológica produzida no seio das instituições de ensino.

Tanto a experiência como a ameaça de violência resultam num baixo rendimento, na destruição da auto estima, no absentismo e no abandono escolar precoce. A violência de Gênero nas instituições educativas tem vindo a agravar-se em países afetados por conflitos ou situações de emergência.

Os trabalhadores da educação, as escolas e os sistemas educativos têm um papel fundamental na transformação das práticas, atitudes e valores na sociedade, e constituem uma força importante para a proteção dos direitos de crianças e jovens.

Como representantes dos trabalhadores da educação, os sindicatos desempenham igualmente um papel chave contra a violência de gênero nas escolas. Foi a partir daqui que nasceu a campanha de 16 dias de ativismo contra este tipo de violência. Tratou-se de uma jornada mundial que teve início a 25 de novembro e ficou concluída a 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos.



Jornada europeia sobre pessoas com deficiência



A 7 e 8 de dezembro de 2015, a Comissão Europeia e o Fórum Europeu da Deficiência, organizaram a Conferência Europeia das Pessoas com Deficiência. O objetivo foi destacar o Dia Europeu das Pessoas com Deficiência, realizada em simultâneo com o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, proclamado pelas Nações Unidas.

A conferência deste ano com o tema “Crescer juntos em uma Europa sem barreiras” centrou-

se sobre a situação das crianças e jovens com deficiência e acesso destes à educação. Entre os convidados estiveram os representantes de várias instituições da União Europeia (EU), instituições de ensino e organizações não governamentais que participaram em debates sobre: "Crescer com deficiência na União Europeia", "Situação das crianças e jovens com deficiência na Europa "e" de educação inclusiva para a integração na sociedade e na economia".

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência incide sobre a educação inclusiva de jovens e crianças com deficiência. Assinada e ratificada pela União Europeia e seus Estados membros, a convenção é um instrumento para assegurar o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais de todos os cidadãos.



A União Europeia tem cumprido as suas obrigações e publicou, em 2014, um relatório sobre a aplicação deste acordo na Europa, que foi mais tarde examinado pela ONU em 2015. A avaliação concluiu que, apesar de os Estados-Membros terem feito alguns progressos até ao momento, ainda há um longo caminho a percorrer, nomeadamente através de uma revisão da legislação para garantir a harmonização completa das disposições da Convenção. Além disso, foi salientado que as pessoas com deficiência muitas vezes enfrentam dificuldades de acesso a uma educação de qualidade.

O Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) enfatizou a importância da educação inclusiva para crianças e jovens

com deficiência. Ao permitir que as pessoas com deficiência maior acesso à educação de qualidade, eles serão capazes de melhorar a sua situação económica, reforçar a sua autonomia e de participar activamente na vida política e social. Para atingir este objetivo, é necessário melhorar o quadro legal em muitos estados membros da UE e reforçar o apoio às instituições de ensino. Os professores com deficiência e os que trabalham nesta área são diariamente confrontados com muitos problemas na sua vida profissional, há falta de equipamentos e de pessoal adequado, em geral, não têm formação suficiente para enfrentar o desafio da educação inclusiva.

EUROPEAN DISABILITY FORUM



EduDays 2015

A formação sindical pode reacender o compromisso dos trabalhadores com o projeto europeu?

Num contexto de diminuição da confiança dos trabalhadores no projeto de integração europeia, mais de 100 formadores, especialistas em educação e representantes sindicais participaram no Education Days, organizado pelo Instituto Sindical Europeu, nos dias 19 e 20 de novembro, para discutir estratégias de educação.

Organizado em colaboração com a DGB alemã, a temática geral abordada foi a ascensão do populismo, da anti-imigração e dos partidos anti-União Europeia que, na esteira da política de austeridade socialmente destrutiva da União Europeia, estão a captar votos dos trabalhadores

As diretrizes para a discussão foram fornecidas por um projeto de pesquisa académica sobre a mudança de atitudes dos trabalhadores na Europa realizado por Rainer Gries e Martin Roggenkamp.

Juntamente com crescente ceticismo entre os trabalhadores, estes autores observaram um interesse crescente por temas relacionados com a União Europeia em busca de novas oportunidades de trabalho e de educação.

Os sociólogos do Instituto Universitário de Lisboa apresentam um estudo semelhante sobre alinhamentos políticos dos trabalhadores da UE durante a Grande Recessão, apontaram que os trabalhadores manuais e os trabalhadores menos instruídos em especial parecem ter perdido a fé na Europa, vendo-a como "parte do problema". Foi defendido que os sindicatos devem investir em novas alianças políticas para lutar por uma Europa mais democrática e social.

Nesta reunião foi também aprovado um documento estratégico a implementar nos próximos quatro anos.

PLANO ESTRATÉGICO ETUI
(VERSÃO PDF)



Governo filipino abre as portas à iniciativa privada

Um estudo exaustivo recente produzido pela Internacional da Educação veio revelar que o governo filipino abriu as portas a um crescimento desenfreado da iniciativa privada no setor da educação, com forte penalização no acesso à educação pelos alunos provenientes de famílias mais desfavorecidas.

“Em vez de intervir num ensino gratuito e de qualidade para todos, o governo das Filipinas está a favorecer o crescimento dos centros de educação privadas e as escolas privadas, cujo único interesse é o lucro”, afirmou Ângelo Gavrielatos da IE, em conferência de imprensa, em Manila.

Com o novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relativo à educação, que deixa claro que todas as crianças devem ter acesso a uma educação completa, gratuita, equitativa e de qualidade até 2030, foi formado um consenso internacional generalizado sobre a necessidade de combater os projetos cujo lucro é o principal objetivo.



Este estudo veio revelar que estas escolas de iniciativa privada são responsáveis por preparar os jovens para trabalhar como pessoal pouco qualificado e barato, ao mesmo tempo estas escolas são responsáveis pela contratação de docentes pouco qualificados a troco de um baixo salário.

Este estudo, promovido pela IE, foi desenvolvido por Curtis B. Riep, estudante de doutoramento do Departamento de Estudos sobre Política Educativa da Universidade Aberta, do Canadá.

Petição Global contra a escravidão infantil

Coincidindo com o Dia Internacional para a Abolição da Escravatura, que teve lugar no passado dia 2 de dezembro, a Marcha Global Contra o Trabalho Infantil lançou a “Semana Contra o Trabalho Infantil”. Numa altura em que mais de 5 milhões de crianças são obrigadas a trabalhar, esta Marcha Global Contra o Trabalho Infantil lançou um apelo global para acabar com este flagelo, assim como desenvolveu uma campanha de sensibilização nas redes sociais.

Esta marcha, apoiada pela Internacional da Educação, serviu de oportunidade para que todos

pudessem expressar o seu repúdio à escravatura infantil.



FNE apresenta campanha da saúde em Madrid



A FNE participou no primeiro seminário regional de formação do projeto europeu “Parceiros Sociais na Educação na Promoção de Locais de Trabalhos Dignos na Educação”, organizado pelo Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e pela Federação Europeia dos Empregadores Europeus (EFEE), que decorreu no dia onze de dezembro de 2015, junto à Plaza de Touros de Las Ventas, a nordeste do centro de Madrid, em Espanha.

Financiado pela União Europeia, o projeto visa encontrar formas concretas e práticas de se prevenirem riscos psicossociais e

acima de tudo o stress relacionados com o trabalho na educação, e foi uma excelente oportunidade para a FNE apresentar os resultados da sua Campanha da Saúde (que teve a sua conferência final no passado dia cinco de dezembro deste ano, no Porto) e dos materiais a ela associados, como os quatro folhetos, o cartaz e o manual “Saúde e Segurança entre Profissionais de Educação”.

Este seminário surgiu após a realização de quatro estudos de caso, começando por escolas e jardins de infância de Bucareste, na Roménia (maio de 2015), trabalhadores não docentes de Helsínquia, na Finlândia (25 a 30

de outubro 2015), nas comunidades francesa e alemã da Bélgica (26 e 27 de outubro 2015); e na escola primária de Richterich, na Alemanha (2 a 4 de novembro 2015), onde se debateu o impacto positivo da boa gestão do tempo sobre a prevenção do stress relacionado com o trabalho em educação. Com base em sessões de treino levadas a efeito pela organização sindical alemã, a liderança da escola viu na prática como obter um melhor equilíbrio entre tempo de trabalho e tempo de lazer para os professores da sua escola.



O CSEE e a EFEE lançaram um pequeno inquérito online entre os seus filiados sobre a prevenção de riscos psicossociais e do stresse em profissionais da educação. Os resultados preliminares demonstram que das 59 organizações respondentes 19 % (entre elas a FNE) implementaram ou participaram em iniciativas de parceiros sociais na prevenção do stresse no trabalho. O envolvimento de parceiros sociais no processo foi também considerado um fator decisivo de sucesso.

O seminário contou com uma apresentação de Tim Bregenza, gestor da [Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho](#) (EU-OSHA), responsável pelas relações internacionais e pela interação com os Estados Membros, que frisou que a Finlândia é o país que melhor trabalha esta área e a Dinamarca e o Reino Unido são os países mais ativos nas questões que envolvem a saúde e segurança no

trabalho na Europa. Para Tim Bregenza as duas maiores barreiras de ação neste campo são a enorme relutância dos profissionais da educação em falarem destes assuntos e a falta de formação na área. Em sua opinião, há ainda um grande estigma em abordar-se as questões de saúde mental na Europa.

Neste seminário regional de formação de Madrid foram apresentados dados gerais e boas práticas (a nível nacional, regional e local) sobre os estudos

de caso da Roménia e da Finlândia, por representantes dos dois países, assim como dados gerais dos quatro estudos de caso, desta feita pela investigadora associada ao projeto, a catalã Clara Llorens, do ISTAS (Instituto Sindical de Trabajo, Ambiente y Salud). Mais dados vão ser apresentados e discutidos no segundo e último seminário regional de formação deste projeto, a decorrer em Londres, Inglaterra, em 29 de janeiro de 2016, aberto a um conjunto de países que estiveram ausentes do seminário de Madrid.



O inglês Tim Bregenza (EU-OSHA) durante a sua apresentação no seminário de Madrid



Susan Flocken, coordenadora da Saúde e Segurança no Trabalho do CSEE, explica os objetivos do seminário

Curioso é que os fatores causadores de stresse na educação na Finlândia divergem, em muitos aspetos, daqueles associados a uma série de países europeus, onde cabem a Alemanha, Espanha, Portugal ou Roménia. Particularizando, nestes últimos países mencionam-se pontos como uma má organização do trabalho, o currículo nacional, o excesso de burocracia nas escolas, a necessidade de se recrutarem mais professores e outros profissionais da educação (como psicólogos, assistentes sociais ou assistentes operacio-

nais), o tamanho das turmas ou o excesso de reuniões.

Por lado inverso, na Finlândia as altas exigências da educação são os maiores causadores de stresse nos profissionais da educação.



Elas são por isso geradoras de altas expectativas tanto de pais como de alunos, crescentes exigências de comunicação por parte de pais muito participativos, de uma grande pressão para a inovação de técnicas e materiais pedagógicos, assim como de um elevado compromisso, por parte dos professores.

Porém, e como podemos comprovar pelo “Relatório Final do Estudo de Caso: Finlândia”, disponibilizado a todos os participantes, os professores do país comungam de vários causadores de stresse existentes noutros países, no domínio da carga de trabalho e das exigências da profissão, cabendo nestes particulares exigências quantitativas (número de tarefas e tempo para as cumprir), emocionais (feedback com alunos, pais e colegas) e cognitivas (lidar com o conhecimento e com as decisões).



A Delegação do grupo consultivo do projeto no 2º estudo de caso, relativo à Finlândia

constituído por representantes sindicais de seis países, a saber Roménia (FSLE), Espanha (FECCOO), Reino Unido (NUT), Bélgica (SEGEC), Finlândia (AFIEE) e Alemanha (VBE). O objetivo final do grupo é o de fornecer sugestões e linhas de orientação política para os dirigentes escolares, professores, sindicatos de professores e profissionais de educação e federações de empregadores, sob a forma de estratégias sobre a prevenção dos riscos psicossociais nas escolas e integrá-las, de seguida, em convenções coletivas e estruturas de diálogo social nacionais.

Outros fatores são o sistema de pagamento (caso os professores sejam contratados para horários com poucas horas ou para disciplinas pior pagas) ou - imagine-se o espanto - o crescente tempo gasto na deslocação de casa para a escola e vice-versa, no contexto de encerramento de escolas pequenas que são depois agrupadas em grandes instituições escolares.

como com parceiros sociais europeus da educação.

O grupo consultivo, a quem cabe o planeamento, organização e avaliação deste projeto, é

O representante da FNE neste seminário foi Joaquim Santos.

A conferência final de dois dias deste projeto vai realizar-se na cidade de Bucareste, na Roménia, em junho de 2016, e contará com 100 participantes das organizações filiadas no CSEE e na EFEE, com representantes das escolas que participaram nos quatro estudos de caso, assim



Bianka Stege, Secretária-Geral da Federação Europeia dos Empregadores da Educação fala da importância do Diálogo Social

OCDE alerta para os efeitos negativos da crise na Educação



A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apresentou o estudo anual sobre o panorama atual da educação, que demonstra de maneira contundente a importância de uma educação sólida e de qualidade para atingir o desenvolvimento.

O boletim da OCDE destaca que “o setor da educação foi afetado tardiamente pela crise económica mundial de 2008, (...) o investimento entre 2010 – 2012 caiu em mais de um terço dos países” e provocou congelamento dos salários dos professores aumentando a diferença salarial entre os educadores e os

restantes trabalhadores com formação equivalente.

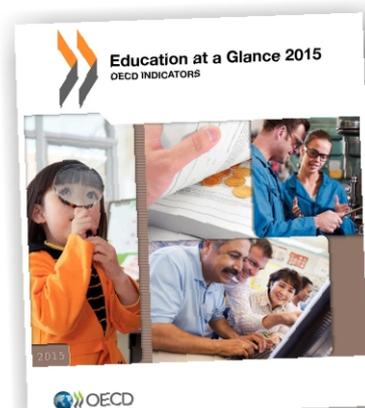
John Bangs, Assessor da Internacional da Educação (IE) assinala que o boletim deste ano sublinha uma elevada correlação entre sistemas educativos com bons resultados e professores com salários mais elevados. Outro aspeto destacado pela OCDE é o envelhecimento da classe docente em vários países.

Relativamente a Portugal o relatório veio revelar que a despesa por aluno situa-se agora em 7.444 euros, sendo o nosso país muito prejudicado pela crise financeira e reduzindo substan-

cialmente o investimento em educação durante a recessão.

Portugal foi severamente atingido pela crise financeira e reduziu substancialmente o investimento em educação durante a recessão, afirma a OCDE num relatório hoje divulgado, sublinhando que o dinheiro privado é uma fonte de financiamento significativa em todos os níveis.

"O total da despesa pública em educação em Portugal aumentou 14% entre 2008 e 2010 para voltar a cair 14% entre 2010 e 2012", lê-se no relatório "Education at a Glance", que contém dados dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) e de parceiros.



Clique na imagem acima para aceder ao relatório em formato .pdf

Portugal foi um dos países que mais reduziu a despesa pública com instituições educativas neste período, o que se relaciona com o fato de ter tido também uma das piores recessões da OCDE.

A despesa por aluno em Portugal situou-se em 7.444 euros, abaixo da média da OCDE de 8.982 euros, em 2012.

Entre 2005 e 2012, a despesa por aluno aumentou 26%, uma taxa mais elevada do que a média de 21% da OCDE, segundo os dados inscritos no documento.

Em relação aos professores em Portugal o relatório veio demonstrar que os docentes dos primeiros ciclos de ensino são pagos acima da média da OCDE, enquanto no 3º ciclo e secundário ganham um pouco abaixo do valor médio encontrado para aquele conjunto de países.

Dados de 2013, indicam rácios de aluno-professor em Portugal, em média, mais baixos do que nos outros países da OCDE. Havia cerca de 13 alunos por professor na educação primária, contra 15 na média da OCDE. No ensino secundário, o rácio era de nove alunos por professor comparando com 13 alunos para um

professor na média OCDE naquele ano.

No relatório analisam-se os sistemas de educação dos 34 países membros da OCDE, bem

como da Argentina, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, Índia, Indonésia, Letónia, Lituânia, Rússia, Arábia Saudita e África do Sul.



Análise da Educação e Formação de 2015: O investimento na educação e nos professores é fundamental

A 12 de novembro de 2015, a Comissão Europeia publicou o Monitor da Educação e Formação 2015. O monitor avalia os progressos dos Estados-Membros na implementação das prioridades da Educação e Formação para 2020 (ET 2020). O documento é acompanhado por 28 relatórios detalhados de países que da União Europeia que incluem uma análise global com informações específicas de cada país sobre a evolução política e as mais recentes reformas implementadas. O Monitor é uma das principais fontes que alimentam a análise da Comissão Europeia relativamente aos desafios do Semestre Europeu de 2016 sobre educação e formação. Ao manter faixas de progresso para a concretização das metas ET2020, o Monitor contribui para a estratégia global Europa 2020 com os seus dois grandes objetivos em matéria de educação.

Este ano, o Monitor identificou duas áreas prioritárias no campo da educação e da formação: o investimento na educação e a inclusão através da educação. Identifica ainda as ações políticas necessárias para melhorar a inclusão, relevância e qualidade do ensino na Europa. O monitor destaca que, apesar do amplo

consenso sobre a necessidade de promover os investimentos na educação, a grande maioria dos Estados-Membros diminuíram o seu investimento. De acordo com os dados notificados nos últimos anos, os Estados-Membros que sofreram um corte de orçamento são: Países Baixos, Finlândia, Portugal, Itália, Espanha, Irlanda e Reino Unido.

Atualmente, o insucesso nas competências básicas é um dos maiores desafios, dado que o mesmo se encontra correlacio-

nado com o contexto socioeconómico dos estudantes. Nenhum Estado-Membro da União Europeia (UE) conseguiu baixar o insucesso na área das competências básicas das crianças de 15 anos abaixo da taxa de 15%.

Da mesma forma, a taxa de abandono escolar precoce é de 11,1% na UE. Assim como na situação anterior, a taxa conclusão do ensino secundário mostra uma forte ligação com o contexto social dos alunos. A taxa de reprovação cifra-se nos 37,9%.

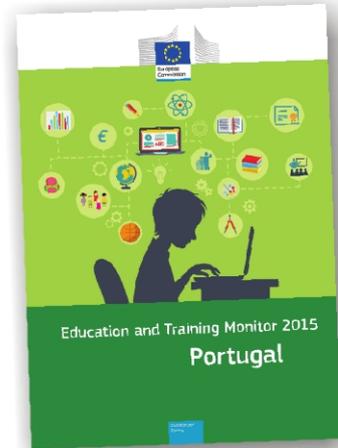




De acordo com o Monitor, o papel dos professores e educadores é fundamental para melhorar a inclusão, a qualidade e a relevância da educação. A formação inicial e o desenvolvimento profissional contínuo (CPD) são cruciais para a qualidade e educação inclusiva. O monitor indica claramente que a indução, a formação inicial e a formação profissional contínua devem ser incentivadas pelos governos e que a oferta de formação para professores tem que ser livre de constrangimentos financeiros.

Martin Rømer, director Europeu do CSEE comentou “o desenvolvimento profissional dos professores é fundamental para uma educação de qualidade. No entanto, a situação atual revela uma grande contradição: a redução do investimento na educação vem-se deteriorando e não assistimos a uma melhoria das condições de trabalho dos professores e ao investimento no seu desenvolvimento profissional. Os professores têm uma grande responsabilidade relativamente aos resultados educacionais dos seus alunos e é inaceitável que os professores sejam forçados a fazer formação profissional à sua custa e fora do tempo de trabalho.”

Num comentário sobre o desejo expresso no Monitor pelo Comissário Europeu para a Educação e Formação, Tibor Navracsis, para explorar a oportunidade de o Fundo Europeu para o Investimento Estratégico e atrair capital privado na educação para garantir investimentos, o CSEE recorda que a educação é um direito humano fundamental e um bem público e, como tal, deve permanecer como uma responsabilidade dos governos, que deverão financiar adequadamente os sistemas de ensino. Os



Estados-Membros devem ser incentivados a tomar todas as medidas necessárias para garantir receitas suficientes para financiar a educação. Isso inclui lutar contra os paraísos fiscais, o combate à evasão fiscal das empresas e a implementação de impostos sobre as transações financeiras. Os sindicatos de professores na Europa e em todo o mundo tudo farão para defender a educação pública de qualidade para todos e para alertar sobre os riscos graves em termos de acesso à educação, à equidade e à qualidade.

Podem ser consultadas algumas linhas de trabalho no site do CSEE

http://www.csee-etuice.org/images/attachments/CR_2015_1-EN.pdf

TUAC debate educação, formação e emprego em Paris



O Grupo de Trabalho da Educação, Formação e Políticas de Emprego do TUAC (Comité Consultivo Sindical junto da OCDE) reúne nos próximos dias 18 e 19 deste mês de dezembro de 2015, nas instalações da sede desta organização, na Rua André Pascal, em Paris, França.

Da agenda de trabalhos do dia 17 fazem parte os Desenvolvimentos recentes em matéria de competências nos países da OCDE, a Medição dos resultados de aprendizagem no pré-escolar, as Mudanças mundiais a longo prazo na estrutura de emprego, a continuação do debate sobre a

investigação da OCDE no âmbito do projeto sobre a Educação 2030 e as competências para o século XXI e, por fim, Como fazer face à crise dos refugiados, nomeadamente sobre a questão dos estudantes imigrados e os desafios da diversidade na educação.

No segundo dia, o debate vai andar à volta do Papel das competências sociais e emocionais no respeitante às competências para o progresso social, Resultados da 1ª Cimeira Global da Indústria da Educação (19 e 20 de outubro de 2015, em Helsínquia), Olhares sobre a

Educação 2015: principais resultados e mensagens políticas, resultados do recente inquérito PISA sobre os Alunos e as novas tecnologias, os Estabelecimentos de ensino superior no Triângulo do conhecimento, as Tendências que influenciam a educação: igualdade de sexos e finalmente Questões diversas, incluindo a marcação da próxima reunião e a declaração final da presidência do Grupo de Trabalho.

O TUAC é uma organização sindical internacional, composta por representantes de 58 centrais sindicais de 30 países da

OCDE, com um estatuto consultivo junto da OCDE e dos seus vários comités, e que trabalha em estreita colaboração com a Confederação Sindical Internacional (CSI), com a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), assim com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O trabalho do TUAC incide principalmente sobre as áreas da política económica; emprego; política do mercado de trabalho; comércio e investimento; política de educação e formação; aposentação; impacto da globalização; regulação financeira e governação para os mercados globais, incluindo a implementação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e a Convenção Anti-Corrupção da OCDE; relações com os países não-membros da OCDE, nomeadamente aqueles em negociações de adesão e maior envolvimento com a OCDE; e por fim o desenvolvimento sustentável e mudança climática.

O TUAC desenvolve as suas posições políticas através dos seus três Grupos de Trabalho, a saber: Política Económica; Comércio Global e Investimento; e Educação, Formação e Políticas de Emprego. Estes Grupos de

Trabalho estão abertos a todas as organizações sindicais suas filiadas, bem como a representantes de organizações sindicais internacionais e organizações parceiras do TUAC na Europa Central e Oriental.

O órgão de decisão formal dentro do TUAC é a Sessão Plenária, que reúne duas vezes por ano em Paris, uma em cada semestre. Todos os filiados do TUAC e os representantes das organizações sindicais internacionais são convidados a participar. A Sessão Plenária discute e aprova as principais declarações políticas, bem como o programa de trabalho e as prioridades do momento. Por seu lado, a OCDE participa nas sessões plenárias, onde apresenta a evolução de todos os seus projetos de

investigação em curso, que são de seguida postos em discussão com os representantes sindicais.

Atualmente, o Presidente do TUAC é o americano John Sweeney, presidente emérito da AFL-CIO, o Secretário-Geral é o inglês John Evans e quem preside ao Grupo de Trabalho da Educação, Formação e Políticas de Emprego é o também inglês John Bangs, reputado sindicalista, emérito professor da Universidade de Cambridge e reconhecido investigador mundial na área da educação, formação e emprego.

Joaquim Santos, representante da FNE/UGT, é o único português no Grupo de Trabalho da Educação, Formação e Políticas de Emprego do TUAC.



Semestre Europeu 2016: Reforçar a recuperação e fomentar a convergência



A FNE enviou no início de dezembro deste ano ao CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) um relatório sobre a situação nacional da educação, formação e emprego, no âmbito do começo do Semestre Europeu (SE) 2016, que deu o seu pontapé de saída no passado dia 26 de novembro de 2015, com a publicação, pela Comissão Europeia (CE), do seu pacote de documentos de governação económica, que incluem a “Análise Anual do Crescimento” (AAC) para o próximo ano de 2016, o “Relatório sobre o mecanismo de alerta 2016”, o “Projeto de relatório conjunto da Comissão e do Conselho sobre o emprego” (que também inclui o estado das reformas na educação e formação em vários países da Europa) e a “Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro”.

O pacote apresentado lançou o novo ciclo anual de governação económica, com os desafios

políticos a variar de país para país, logo com soluções também elas variadas. No entanto, existem temas abrangentes que afetam a União Europeia (UE) no seu conjunto. Para reforçar a recuperação e fomentar a convergência, a CE recomenda dar continuidade aos três principais pilares identificados no ano passado para a política económica e social da União: relançar o investimento, prosseguir reformas estruturais e políticas orçamentais responsáveis.

A CE também publicou o resultado da consulta feita aos parceiros sociais, no caso as prioridades da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) “Por uma Europa que funcione para trabalhadores e cidadãos” e os pontos de vista registados pelas organizações de empregadores da indústria BUSINESSEUROPE, UEAPME e CEEP. A contribuição da FNE nas questões de educação, formação e emprego são

integradas no CSEE, que por sua vez as inclui na intervenção reivindicativa da CES.

Marianne Thyssen, Comissária responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral, comentou que «o pacote coloca a justiça social no coração da nossa recuperação económica. Os Estados-Membros (EM) têm que ultrapassar os obstáculos à criação de emprego, melhorar a forma de funcionamento dos mercados de trabalho e certificarem-se de que todos na Europa podem gozar de um nível decente de proteção social, se pretendermos atingir mais convergência».



É pois de extrema importância que todos estes documentos da CE sejam discutidos com os empregadores da educação e/ou Ministros da Educação e do Emprego, assim como com os responsáveis pelo SE em cada país. E isto porque a visão dos parceiros sociais nos níveis local, regional, nacional e europeu é um fator de sucesso e particularmente bem-vindo neste renovado SE.

Tirar 20 milhões da pobreza

O documento da AAC 2016 reconhece uma quebra de investimento na educação na Europa da ordem dos 3.2% desde 2010 e é pela primeira vez acompanhado por perfis específicos de cada país sobre desafios de investimento ao nível nacional. Há nele um impulso ainda mais forte para o investimento europeu ser alargado ao capital humano e investimento e uma referência específica à combinação do Fundo Europeu para o Investimento Estratégico (Plano de Investimentos para a Europa) e o Fundo de Investimento Estrutural Europeu 2014-2020, incluindo nela os professores, educação, formação e as qualificações entre os seus objetivos.

O que se pretende é assim aumentar as sinergias entre os Fundos Estruturais europeus, os fundos nacionais e o financiamento privado.

Tal como nos anos anteriores, a AAC 2016 continua a defender reformas estruturais. Dada a situação irregular em toda a Europa, o foco está na promoção da convergência para cima em relação à aproximação a países com melhor desempenho. Neste quadro, a AAC propõe reformas dos sistemas de educação e formação orientadas para o desempenho. Em todas as áreas de política, incluindo a educação e a formação de qualidade, a CE promete desenvolver progressivamente critérios e referências, assim como o intercâmbio de melhores práticas.

Em relação à política fiscal, a AAC 2016 reconhece que os cortes previstos para cada EM no próximo ano estão a afetar o setor público. No entanto, o documento da CE exige mais escolhas favoráveis ao crescimento na composição da despesa. Finalmente, esboça a nova linha do tempo do Semestre Europeu com uma diferença marcante entre o Semestre "Europeu" e o Semestre "Nacional".

Todos os EM se comprometeram a atingir as metas da Estratégia Europa 2020, que verteram para as suas metas nacionais. Mas os esforços individuais de cada país só podem ter o desejado impacto no crescimento se forem coordenados e focados.





As oito Metas da Europa 2020 compreendem os seguintes pontos:

1) aumentar para 75% a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos; 2) investir 3 % do PIB europeu na Investigação e Desenvolvimento; 3) alterações climáticas e sustentabilidade energética: menos 20% (em comparação com os níveis de 1990) nas metas de redução das emissões de CO2 (ou até 30%, se as condições forem adequadas); 4) 20% em energias renováveis; 5) aumento de 20% na eficiência energética, equivalente a 368

Mtep; 6) reduzir na educação a taxa de abandono escolar precoce para menos de 10 %; 7) atingir pelo menos 40% dos jovens entre os 30 - 34 anos a concluir o ensino superior; 8) reduzir a população em risco de pobreza ou de exclusão social em pelo menos 20 milhões de pessoas.

No respeitante a desafios ao investimento total em Portugal, a CE menciona uma percentagem um pouco acima dos 15 % do PIB entre 2015 e 2017. No setor da Administração Pública e Enquadramento Empresarial os

desafios são os entraves regulamentares e encargos administrativos, cabendo aqui a complexidade dos procedimentos administrativos, os atrasos nos pagamentos, tendo em conta o difícil acesso ao financiamento (em especial para as PME) e a falta de estabilidade e de previsibilidade do quadro legislativo.

Educação de encontro ao mercado de trabalho

No mercado de trabalho os desafios situam-se na legislação de proteção do emprego e regime que rege os contratos de trabalho e ainda nos salários e fixação de salários, que continua muito centralizado. No que respeita à educação, competências e aprendizagem ao longo da vida, a CE aponta dois desafios, a saber a composição em termos de qualificações da força laboral (com uma elevada percentagem de trabalhadores pouco qualificados) que condiciona a produtividade e a reafetação de mão-de-obra aos setores com um valor acrescentado mais elevado e o facto de a educação não ir suficientemente ao encontro das necessidades do mercado de trabalho.

Quanto à investigação, desenvolvimento e inovação os desafios estão na cooperação entre o mundo académico, a investigação e as empresas, sublinhando neste particular a CE que o país carece de condições de enquadramento favoráveis ao investimento das empresas em investigação e inovação, pois existem poucos incentivos à melhoria da cooperação entre as entidades de investigação públicas e o setor empresarial, e quando estes existem são fragmentados.

Outros desafios para Portugal dizem respeito ao setor financeiro/fiscalidade (como por exemplo o número elevado de horas gastas pelas empresas de média dimensão a preparar, apresentar e pagar impostos) e a regulamentação setorial específica, com foco nos serviços às empresas e profissões regulamentadas, retalho, energia e transportes.



O SE abrange três blocos de coordenação das políticas económicas, nomeadamente as reformas estruturais, centradas na promoção do crescimento e do emprego de acordo com a Estratégia Europa 2020; as políticas orçamentais, para garantir a sustentabilidade das finanças públicas de acordo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento; e a prevenção de desequilíbrios macroeconómicos excessivos.

Ele centra-se nos primeiros seis meses de cada ano, daí a sua designação, mas o seu verdadeiro calendário é de um ano, podendo as recomendações da CE abranger um período de 12 a 18 meses. Durante o SE, os EM procedem ao alinhamento das políticas orçamentais e económicas nacionais pelas regras e objetivos fixados a nível da UE, coordenando as suas políticas orçamentais, económicas, de educação, formação e emprego e outras.

Numa União de economias profundamente integradas, uma melhor coordenação das políticas pode ajudar a prevenir discrepâncias e contribuir para assegurar a convergência e a estabilidade no conjunto da UE e

nos seus EM. Até 2010, os procedimentos de coordenação das políticas económicas eram aplicados sem articulação entre si. Os EM consideraram pois necessário sincronizar os calendários dos vários procedimentos para racionalizar o processo e alinhar melhor os objetivos das políticas nacionais orçamentais, de crescimento e de emprego, tendo simultaneamente em conta os objetivos que definiram a nível da UE.

Era ainda necessário alargar os domínios de supervisão e de coordenação a políticas macroeconómicas mais abrangentes. Por estes motivos, e no contexto de uma reforma mais ampla da governação económica da UE, o Conselho Europeu decidiu criar o Semestre Europeu em 2010. A base jurídica deste processo é o chamado "pacote de seis", um conjunto de seis atos legislativos que reformaram o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O primeiro ciclo do Semestre Europeu teve lugar em 2011.



To mark the International Day to Eliminate Violence against Women and the 16 Days of Activism against Gender Violence, the United Nations Secretary-General's Campaign UNiTE to End Violence against Women invites you to "Orange YOUR World".



YOU ARE INVITED TO
ORANGE THE WORLD
END VIOLENCE AGAINST
WOMEN AND GIRLS

We invite you to come together, join our orange UNiTE movement and in a collective global action say no to violence against women and girls. Join us and organize your own 'orange activities' from 25th November to 10 December this year. Raise awareness about the issue and call for action by turning iconic buildings, streets, workplaces, universities, night clubs and parks orange. Get creative and organize orange cycle rides, concerts, sports events, flash mobs, panel discussions and art exhibitions. March through the centre of your town or village and declare it an 'orange zone'.

Everyone has a role to play in preventing and ending violence against women and girls. Spread the word. Reach out to your partners, from news readers to sports stars, from taxi drivers to restaurant owners, and invite them to participate.

And don't forget to tell us what you are planning - send us your photos, messages and videos as we want to add your events to an online 'orange map' to show how we are orangeing the world. For more information about "Orange YOUR World" or to tell us what you are orangeing, please contact Anna Alaszewski at the UNiTE Campaign Global Secretariat (anna.alaszewski@unwomen.org). For more information about the UNiTE campaign go to endviolence.un.org.

